

Formação, Identidade e Território: Reflexões sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais no Contexto Quilombola

Fernanda Pereira da Silva
Pós-graduação em Relações Étnico-raciais e Ensino-IFNMG & UNIMONTES
fernandafp196@gmail.com
creuzafrancisca739@gmail.com

Eixo Temático 2: Cidadania e Direitos Humanos

Resumo: Este artigo resulta de uma revisão narrativa da literatura, articulada ao compartilhamento de saberes construídos no contexto da sala de aula na disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais, a partir de uma perspectiva crítica e dialógica. A análise articula os estudos desenvolvidos ao longo da disciplina com reflexões sobre minha trajetória enquanto estudante quilombola e pesquisadora, evidenciando como essas experiências foram atravessadas pelo encontro com autoras e autores de referência, como Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro, Georgina Helena Lima Nunes, bem como pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, dentre outros autores apresentados e dialogados no decorrer dessa disciplina. Nesse percurso, são mobilizados conhecimentos, percepções e sentimentos construídos ao longo do processo formativo, os quais contribuem para uma compreensão crítica da educação comprometida com a equidade racial e a valorização da diversidade.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais; Formação docente quilombola; Trajetória acadêmica; Perspectiva crítica.

Introdução

A todos nós que amamos a negritude, que ousamos criar no dia a dia de nossas vidas, espaços de reconciliação e perdão onde deixamos vergonhas, medos e mágoas do passado, e nos seguramos uns nos outros, bem próximos.¹

(hooks, p. 5, 2019)

A vivência na disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais constituiu um processo formativo marcado por deslocamentos epistemológicos e revisitações críticas à minha própria trajetória profissional, educacional e social. Como mulher preta quilombola e educadora no ensino em território quilombola. Os debates e estudos propostos permitiram compreender

¹ hooks, bell. Olhares negros: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p.

de forma mais aprofundada como a racialidade estrutura experiências individuais e coletivas, evidenciando dimensões historicamente silenciadas nos espaços escolares.

O contato com as leis que normatizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais, as Diretrizes para Educação Escolar Quilombola, autoras e autores, como Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves, Sueli Carneiro, dentre outros autores que dialogamos durante o percurso desta disciplina, possibilitou ampliar meu repertório analítico acerca das dinâmicas do racismo, das políticas de identidade e das epistemologias afro-brasileiras.

Orientando estes escritos a partir de minha perspectiva de atuação profissional e tomando como aponta as chamadas *pedagogias outras*, conforme discute Catherine Walsh, emergem das experiências e resistências dos povos historicamente subalternizados, constituindo práticas educativas de caráter político e decolonial, que tensionam o modelo hegemônico de educação. Como proposta central de pesquisa, busco estabelecer um diálogo crítico fundamentado nos conteúdos trabalhados na disciplina e nas percepções construídas ao longo das aulas.

Essa articulação permite compreender de forma mais aprofundada as especificidades da Educação para as Relações Étnico-Raciais no contexto quilombola, bem como refletir sobre as implicações pedagógicas, políticas e epistemológicas que emergem dessa realidade.

Para discorrer sobre este artigo adotou-se a abordagem de revisão narrativa crítica, a qual é apropriada para mapear debates complexos, sintetizar conceitos de diferentes correntes teóricas e propor novas perspectivas. A construção da análise foi guiada por um protocolo de busca, focado na identificação de materiais contemporâneos que fundamentam o debate.

Objetivos

Refletir criticamente sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais no contexto quilombola, a partir da articulação entre a revisão narrativa da literatura, as normativas educacionais vigentes e a trajetória formativa e profissional enquanto educadora quilombola, evidenciando os desafios, as potencialidades e as implicações pedagógicas, políticas e epistemológicas para a construção de práticas educativas antirracistas, decoloniais e socialmente referenciadas nos territórios quilombolas.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, fundamentada em uma revisão narrativa crítica da literatura, articulada ao compartilhamento de

saberes construídos no contexto da sala de aula e da prática docente. Foram mobilizadas produções acadêmicas, legislações educacionais e referenciais teóricos do pensamento negro e decolonial, que possibilitaram uma análise crítica das práticas educativas e das políticas curriculares voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais e à Educação Escolar Quilombola. Adotou-se a abordagem de revisão narrativa crítica, a qual é apropriada para mapear debates complexos, sintetizar conceitos de diferentes correntes teóricas e propor novas perspectivas. A busca foi conduzida nas seguintes bases de dados e plataformas: SciELO (Scientific Electronic Library Online), Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Foram incluídos artigos científicos, livros, capítulos de livros e teses que tratassem diretamente da intersecção entre dois ou mais dos eixos temáticos centrais do estudo.

Saberes Ancestrais e Desafios na Construção de uma Educação Antirracista

A compreensão dos saberes ancestrais como fundamentos epistemológicos, culturais e políticos da educação quilombola constitui um eixo central para a construção de práticas educativas verdadeiramente antirracistas. Esses saberes se emergem dos conhecimentos compartilhados oralmente ao longo de gerações, nossa fala é carregada de sentidos, de marcas de nossa existência; eles expressam modos de viver, de interpretar o mundo, de organizar o trabalho coletivo, de fortalecer laços comunitários e de produzir estratégias de resistência frente às múltiplas expressões do racismo estrutural.

Os territórios de aprendizagens, em sua diversidade e multiplicidade de sentidos, constituem educações (BRANDÃO, 1982) compartilhadas, no sentido que Nego Bispo dá ao termo:

Quando ouço a palavra confluência ou a palavra compartilhamento pelo mundo, fico festivo. Quando ouço troca, entretanto, sempre digo: cuidado, não é troca, é compartilhamento. Porque a troca significa um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham. (SANTOS, 2003, p. 21.)

No contexto quilombola, tais saberes são continuamente atualizados nas práticas comunitárias, nos rituais, nas celebrações, no cultivo da terra, na oralidade e na memória compartilhada, configurando-se como referenciais indispensáveis ao processo formativo.

Na perspectiva de Brandão em seu livro *O que é educação*, aponta que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: Para saber fazer, para ser ou para conviver, todos os dias a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (1988, p.3).

Com base nesse autor, compreende-se que a educação se manifesta de diversas formas e em múltiplos ambientes. Segundo Purificação (2021, p. 161), “todos os seres adaptam-se ao seu ambiente e aprendem de dentro para fora, compreendendo que a educação é fruto de uma construção social, aliada às maneiras de aprender de fora para dentro”.

Assim, ao refletirmos sobre uma educação pautada nos saberes ancestrais produzidos nos espaços quilombolas, torna-se fundamental destacar a contribuição histórica do Movimento Negro nesse processo.

Nesse sentido, como aponta Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, (1997) “{...} os movimentos sociais têm trazido novas temáticas, novos olhares e novas ênfases na pesquisa, na teorização e nas propostas de intervenção no nosso sistema educacional”. Ao falarmos desta contribuição pensamos em uma educação de ação efetiva nas escolas.

Destaca-se que, estas contribuições imbricadas para a educação que denuncia a escola como reprodutora do racismo presente na sociedade, onde as instituições discriminam os valores ancestrais dos negros e povos tradicionais quilombolas, a valores preconceituosos.

Dessa forma, ao discutirmos práticas que historicamente deslegitimam a educação destinada às populações quilombolas, na perspectiva de uma educação antirracista, deparamo-nos com importantes políticas de ações afirmativas, tais como a Lei nº 10.639/03, que institui o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; o Estatuto da Igualdade Racial, homologado em 2010; e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012), que reconhecem essa modalidade de ensino.

Contudo, mesmo diante desses avanços normativos, ainda se observa a permanência de currículos marcados pela homogeneização do ensino, que pouco dialogam com as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas. Nesse sentido, não basta apenas instituir novas ações afirmativas; torna-se indispensável sua efetiva implementação nos sistemas de ensino em sua totalidade, especialmente no que se refere à formação inicial e continuada de professores, orientada para a valorização da diversidade étnico-racial que assegurem o acesso, a permanência e a valorização da educação escolar com propósito de contextualizar e historicizar. Tais políticas devem reconhecer e fortalecer o patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, garantindo uma formação baseada no respeito, na equidade e na justiça social.

Como bem salientou Frantz Fanon, os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto, têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo,

as discriminações e, juntamente com os que vêm sendo mantido à margem, os negros, construir relações raciais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos.

Neste entendimento as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação da Relações Étnico-raciais discorrem que: {...} para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. Compreendemos que as organizações escolares no Brasil devem assegurar a inclusão de todos os estudantes, garantindo-lhes o direito de aprender e de ampliar seus conhecimentos, sem que sejam levados a negar ou silenciar suas histórias e ancestralidades.

“Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde está se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação.” (BRASIL, 2004, p. 18)

Essa reflexão é fundamental para o debate sobre uma educação étnico-racial, especialmente quando desenvolvemos práticas em sala de aula que nos convidam a construir novas formas de pensar e ensinar. Trata-se de promover pedagogias outras, nascidas da necessidade de romper com modelos tradicionais e de ampliar o olhar para além dos muros da escola, questionando perspectivas eurocêntricas que historicamente orientaram o processo educativo. É essencial que a reconstrução de nossas identidades seja constante, com ênfase no processo de lembrar o passado de forma que nos fortaleça a criar novos presentes e planejar estratégias para novos futuros (hooks, 2019)

Como destaca hooks e em discussões no contexto das aulas, entendemos que a educação para as tessituras antirracista é necessária o processo de nos aquilombarmos, com intuito de modo a enfrentar os desafios e construir possibilidades quando confrontados com políticas curriculares exteriores e externas.

Discussão

As análises evidenciam que os saberes ancestrais constituem pilares fundamentais da educação quilombola, expressando modos de viver, aprender e resistir que se contrapõem à lógica eurocêntrica do conhecimento escolar. Tais saberes, transmitidos pela oralidade, pela

memória coletiva e pelas práticas comunitárias, desafiam a escola a reconhecer outras racionalidades e pedagogias.

Observa-se que, embora existam marcos legais que asseguram o direito a uma educação contextualizada e antirracista, sua efetivação ainda é limitada, sobretudo pela ausência de políticas consistentes de formação docente e pela permanência de currículos homogeneizantes. Nesse sentido, as pedagogias outras, conforme discutidas por autoras decoloniais, apresentam-se como caminhos possíveis para a construção de práticas educativas que dialoguem com as realidades quilombolas e fortaleçam as identidades negras.

Considerações Finais

Ao estudarmos os movimentos que fundamentam uma educação pautada nas relações étnico-raciais, torna-se necessário destacar o papel histórico e político das lutas coletivas na construção de práticas educativas comprometidas com a equidade, o reconhecimento da diversidade e a superação das desigualdades raciais.

Como evidencia Georgina Helena Lima Nunes, ao afirmar:

Os movimentos negros e quilombolas despontam como os protagonistas de reivindicações que transcendem a educação básica e chegam ao ensino superior, constroem estratégias políticas, pedagógicas e emancipatórias no sentido de reduzir os hiatos educacionais e sociais que explicitam, consequentemente, lugares de poder e prestígio sociais racialmente demarcados. (NUNES, 212, p.212).

Nesse entendimento, os caminhos percorridos por esses sujeitos evidenciam suas formas de organização política e revelam percursos pedagógicos que vêm produzindo efeitos em espaços nos quais os direitos se encontram hierarquizados de acordo com os aspectos raciais. A superação destes equívocos ocorre quando os objetos de estudo se tornam sujeitos de suas trajetórias educacionais sobre o mundo que os cercam.

Em meio a essa reflexão, compreendemos que o estudo de uma educação pautada nas normativas étnico-raciais contribui para evidenciar e romper com os estereótipos de um modelo educacional que historicamente não foi construído por nós, nem direcionado a nós. Como diz Munanga (2008), trata-se de pensar “uma educação cidadã que ensine o valor e a riqueza da diversidade (que) é onde se forma a consciência”. Ou seja, em que se reconheça que saberes diferentes não são “menos saber”, como diz Nilma Gomes (2017).

As discussões que compartilho neste escrito se consolidam a partir das contribuições proporcionadas pela formação continuada no mestrado acadêmico na disciplina Educação para as Relações Étnico Raciais: currículo, Projeto Político Pedagógico e Práticas de Ensino, cujos debates, vivenciados no contexto da sala de aula, atravessaram minha trajetória formativa e

possibilitaram a ampliação do meu olhar sobre o racismo, as práticas pedagógicas de ensino, relações raciais tanto no âmbito pessoal quanto profissional.

Estudar e aprofundar-se nas discussões sobre as relações étnico-raciais remete-nos à perspectiva freireana de educação como prática de transformação social. Nesse sentido, Paulo Freire nos aponta que “é preciso ter esperança, mas esperança do verbo esperar”², compreendida não como espera passiva, mas como ação crítica e comprometida frente aos desafios e contradições que emergem no campo educacional.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 21ed. São Paulo: Brasiliense, 1988

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2004.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

SILVA, Givânia Maria da; SILVA, Romero Antônio de Almeida; DEALDINA, Selma dos Santos; ROCHA, Vanessa Gonçalves da (org.). *Educação quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

FRANTZ, Fanon. Os Condenados da terra. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (orgs.). *O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do Movimento Negro*. São Carlos: EdUFSCar, 1997

MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade, 2008.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação escolar quilombola e políticas curriculares: territórios em disputa. *Identidade!*, São Leopoldo, v. 29, n. 1, p. 201–231, 09 set. 2024. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/index.php/Identidade/article/view/3123>. Acesso em: 15 dez. 2025

² FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.